



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

248ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA

RESUMO EXECUTIVO

10/03

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

Conselheiros Titulares Presentes:

GOVERNAMENTAIS

Rodrigo Torres de Araújo Lima - Secretaria de Direitos Humanos

Ana Lucia de Lima Starling- Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia Marques – Casa Civil

Kelly Cristina Alves- Ministério da Cultura

Francisco Antonio de Souza Brito- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rubens Bias Pinto – Ministério da Saúde

Kalid Nogueira – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Francisco Antonio de Souza Brito – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Jordelino Serafim dos Reis- Ministério da Fazenda

Sociedade Civil:

Fabio José Garcia Paes- Aldeias Infantis SOS Brasil

Lucimara Cavalcante– Associação Internacional Maylê Sara kalí

Antônio Dantas- Movimento Nacional de Direitos Humanos- MNDH

Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani – Associação Brasileira de Educação e Cultura

Miriam Maria José dos Santos –Inspetoria São João Bosco- Salesianos

Marco Antônio Soares – Central Única dos Trabalhadores – CUT

Marco Antônio da Silva Souza- Movimento nacional de meninos e Meninas de Rua- MNMMR

Mauricio Enrique Diaz Vandorseer – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM

Conselheiros Suplentes presentes:

Governamentais

Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas - Secretaria de Direitos Humanos

Thaís Borges da Silva pinho Werneck - Ministério da cultura

Diogo Namassu- Ministério do trabalho e Emprego

Clara Carolina de Sá– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Sociedade Civil

Catarina de Santana Silva- Fundação fé e Alegria do brasil

José Carlos Sturza de Moraes- Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente

Josiane Gomes Soares- Conselho Federal de Psicologia –CFP

Manoel Torquato Carvalho de Souza- Associação Nacional Criança Não é de Rua

Renato Barão Varalda- Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de justiça e defensores Públicos da infância e da Juventude-ABMP

Pedro Affonso Duarte Hartung- Instituto Alana

Anna Beatriz Langu Peranovich Leite- Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Antonio Jorge dos Santos- Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes- FEBRAEDA

Heloísa Helena Silva de Oliveira – Fundação Abrinq oelos Direitos da criança e do Adolescente

Clenir da Trindade Xavier dos Santos – Associação Lifewords Brasil

Maristela Cizeski – pastoral da Criança

Demais Participantes:

Ananias Neves Ferreira –CEDCA/MG

Cheila Queiroz – CFESS

Nadja Furtado Bortolotti – CEDCA/CE

Nilmário Miranda – Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania- MG

David Barros Araújo- do Coordenador Especial de Políticas Públicas da Juventude do Estado do Ceará

Mariana Abreu – Coordenadora da Proteção Social Especial da STDS/CE

Juliana Moura –SNPDCA/SDH

Paulo Soares -MDS

Antônio Alison Alves – G38

Antônio José da Silva- G38

Yaponã Bone- G38/MA

Rodman da Silva santos – G38 CEDCA/ PA

Carolina Diniz- G38/BH

Ronaldo rocha- CEDCA/MS

Maria do Socorro Carvalho-G38-Educadora

Silas Santos- G38/BA

Alessa Sumizana- G38/CE

Djeison Rique –G38 CEDCA/ MT

Maria Gutenara de Araújo –Coordenadora-geral Conanda

Karla de Abreu- SEDH- Conanda

Pauta:

10/03

Local: Sala de Educação Corporativa – SDH, 10º andar.

08h30-8h45: Abertura, aprovação da pauta da 248ª;

08h45-10h00: Relato da Mesa Diretora e Comissões Permanentes;

10h00 – 10h30: Diálogo com a Ministra Nilma Lino Gomes;

10h30-11h30: Relato da SDH sobre as ações em relação ao Sinase/CE e discussão sobre situação Sinase/CE;

11h30-12h30: Discussão sobre situação Sinase/MG;

14h00-17h00: Comissão Organizadora da X CNDCA;

17h00-18h00: Balanço do Encontro Pela Absoluta Prioridade de Crianças e Adolescentes pela Flacso.

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 248ª Assembleia

Principais pontos abordados:

O presidente do Conanda, o conselheiro Fabio Paes, deu abertura a Assembleia. Em seguida colocou a pauta para apreciação do Plenário acrescentando, por sugestão do conselheiro Manoel Torquato, de um momento para apresentação do relato do GT Criança e Adolescentes em Situação de Rua do Conselho e informes da conselheira Josiane Gomes e do presidente Fábio Paes sobre a participação na mesa de debate sobre classificação indicativa. Após a inclusão das solicitações de informe na pauta, declarou aprovada a pauta da Assembleia.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a pauta da 248ª Assembleia Ordinária

Informes:

Conselheira Josiane Gomes: a conselheira desejou bom dia e fez informe sobre o evento que participou no dia anterior na cidade de São Paulo, organizado pela Associação de Assistentes e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo e Brasil sobre o PL da deputada Maria do Rosário sobre escuta qualificada de crianças e adolescente apresentado no dia 21 de dezembro. Ressaltou que foi um dia inteiro de trabalho com a participação de vários representantes das Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, representantes em nível regional e nacional do Tribunal de Justiça. Em seguida informou que todos estavam muito preocupados com o PL, em relação a várias de suas diretrizes, inclusive sobre a resolução do Conanda 169, na qual não foi citada nas considerações do projeto de lei. A conselheira informou que estava presente na essa reunião como representante do Conselho Federal de Psicologia e também como função de conselheira do Conanda e que ficou responsável de trazer ao Conanda o que foi solicitado. Por fim, ressaltou a importância de acompanhamento e aprofundamento por parte do Conselho desse PL.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar formalmente a discussão sobre escuta qualificada para a CPP, sendo o Conanda o espaço para apresentar o PL numa próxima assembleia, com o objetivo de participação dos integrantes responsáveis elaboração e discussão do PL.

Presidente Fábio Paes: Informou sobre o evento que participou sobre classificação indicativa. O Conanda apoiou a realização do evento que foi construído principalmente pelo CNDH e PFDC. Cada representante presente teve uma fala de aproximadamente 10 minutos. Participaram

também o Ministério da Justiça e Ministério Público Federal onde cada um se posicionou sobre o assunto. Segundo o presidente Fabio Paes, o evento foi também um ato político no sentido de reafirmar a importância da classificação indicativa. Ressaltou também a importância de levar o assunto a CMF e defendeu que precisam mobilizar pessoas diante dessa questão da classificação indicativa porque a população desconhece esse sistema de classificação e sugeriu analisar junto a CMF e depois com a CDHAP.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar a pauta para CDHAP;
- Solicitação à mesa diretora para que a CDHP se reúna.

Item 2. Relato da Mesa Diretora e Comissões Permanentes;

Principais pontos abordados:

Mesa Diretora

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a solicitação de pauta do Conselheiro Pedro Hartung para apresentar o trailer de filme ao Conselho e solicitar o apoio institucional do Conanda (mobilização e divulgação em suas redes e eventos).

CPP

A conselheira Jimena Djauara fez relato da CPP informando que foi feito um resgate histórico sobre o Plano Decenal e informando a necessidade de revisão em alguns pontos estratégicos do plano. Em seguida, ressaltou a relação do plano decenal e as metas estipuladas do PPA. A conselheira resalta a defasagem do conteúdo financeiro que foi estipulado em 2014. O conselheiro Kalid Nogueira colocou-se à disposição para ajudar na atualização.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Diálogo com Kalid Nogueira resgate do trabalho sobre metas e orçamento;
- Socialização do documento para análise do PNDCA;
- Reunião extraordinária da CPP para tratar especificamente do plano decenal e a sua incidência na Conferência.

COF

O relator da COF, Edmundo Kroger, informou que realizou uma reunião no dia 9 de março com a conselheira Heloiza Egas, o conselheiro Antonio Dantas, o secretário nacional Rodrigo Torres e o coordenador-geral Marcelo Nascimento (SDH). Relatou que na reunião foi apresentado o orçamento 2016 o *status* dos recursos e extratos do FNCA e fizeram a discussão sobre os projetos das olimpíadas. Em seguida apresentou a proposta sobre o financiamento do observatório de 300.000 reais apresentado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O conselheiro Vitor Cavalcante, coordenador da CMF, informou que a CMF é contra o projeto do observatório do Rio de Janeiro e relatou que os responsáveis pelas Olimpíadas do Rio de Janeiro estão com um plano de ação de retirada de crianças em situação de rua que permanecem nas praias através de um projeto chamado “Projeto Verão”. O conselheiro solicitou a participação de membro da COF e CMF para o Comitê das Olimpíadas. O conselheiro Manoel Torquato também se manifestou contrário à proposta de apoio financeiro ao Observatório e ressaltou que seria uma contradição do Conselho apoiar quem viola os direitos de crianças e adolescentes. O presidente, Fabio Paes, fez a votação na plenária sobre o financiamento do Observatório de 300.000 reais. A votação foi feita, totalizando 19 votos contrários e 1 abstenção. Em seguida o conselheiro Edmundo Kroeger continuou o relato da COF e apresentou a proposta encaminhada pela SDH, na qual solicitava complemento de 2 milhões de reais destinados a realização da Conferência. O presidente Fabio Paes questionou se foi apresentado um projeto de aplicação desses recursos. O conselheiro Edmundo Kroeger informou que não existe um projeto. A conselheira Heloiza Egas, coordenadora da COF, informou que não tiveram tempo hábil para remeter a mesa diretora a proposta com detalhamento. A conselheira esclareceu que ficou numa posição

desconfortável pelo fato do pedido ter chegado diretamente à Comissão e esclareceu que o recurso solicitado seria destinado a estrutura das cinco conferências. Informando também que o pedido foi solicitado a outros conselhos da Secretaria de Direitos Humanos que estão organizando as conferências. A conselheira Heloiza Egas sugeriu também que o projeto seja esclarecido na sua finalidade de recurso por meio de diálogo entre os conselhos da SDH.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Que a COF prepare informes periódicos sobre o status dos recursos do FNCA;
- Solicitar à coordenação do Comitê das Olimpíadas a participação de representante do Conanda em suas reuniões;
- Apresentar a CMF e COF o termo de referência para contratação de consultoria para o Plano de Comunicação.

Item 3. Diálogo com a Ministra Nilma Lino Gomes;

Principais pontos abordados:

O presidente Fabio Paes deu boas vindas a Ministra Nilma Lino Gomes informando que foi um momento muito esperado a presença da Ministra na Assembleia do Conanda e em seguida cumprimentou Secretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, Nilmário Miranda. O presidente Fábio Paes informou a Ministra o objetivo da conversa, abriu a Plenária para a apresentação dos conselheiros e em seguida expôs algumas preocupações do Conselho em relação a conjuntura política, de reestruturação do Ministério e de como isso afetar à área da criança e do adolescente. O Secretário Rodrigo Torres agradeceu a presença da ministra e ressaltou sobre o desafio que a Ministra tem nesse cenário político de reformas. Informou também que testemunha os esforços do Conselho contra a redução da maioria penal. Em seguida, o Secretário informou sobre o G38 e explicou que o grupo participa do Conanda na construção da X CNDCA. A adolescente Carolina Nunes se apresentou e lembrou a todos que naquele dia se comemorava o dia internacional da mulher, ressaltando um contexto de lutas e de ameaça de

redução de direitos. O adolescente do G38, Djeison Rique concordou com a fala da adolescente Carolina e informou que o pedido do G38 seria que as pautas da criança e do adolescente sejam prioridade absoluta dentro do Ministério. Em seguida o presidente, Fábio Paes, passou a palavra para cada um dos conselheiros se apresentarem e deixou a palavra aberta. A conselheira Miriam Maria se apresentou, desejou muita luz para o trabalho desafiador para Ministra. Fez a ponderação de que não podia deixar de lamentar a perda do status de ministério da Secretaria de Direitos Humanos. Ressaltou que deseja bom trabalho e que possa estar mais presente do Conselho. A conselheira Lucimara Cavalcante ressaltou sobre sua representação no conselho e fez pedido para que a SEPPIR se fizesse representada no Conanda. O conselheiro Antônio Jorge falou a respeito das publicações de resoluções e de não sabe quanto há no FNI. Em seguida a palavra foi passada para a Ministra que cumprimentou a todos da mesa, conselheiros e conselheiras e convidados presentes. A Ministra disse que sempre ouviu falar sobre as ações do Conanda em sua trajetória acadêmica e como Ministra da SEPPIR, principalmente nas ações contra redução de direitos. Disse que esse é um momento muito delicado não apenas para as pautas da criança e do adolescente, mas para todos os direitos. Falou também que as secretarias se posicionaram contra a junção das secretarias em um único ministério, a sociedade civil também se manifestou no sentido contrário. A Ministra ressaltou que é testemunha da resistência da presidenta Dilma desse ato da junção das secretarias. Nesse mesmo sentido, houve articulação política por parte das Secretarias de manter os nomes das pautas como nome do Ministério, no sentido de manter a identidade das secretarias. Explicou a articulação feita pelos movimentos da juventude no sentido de trazer a secretaria da Juventude para o novo Ministério e informou sobre a aprovação da MP ontem no Congresso. Importância de não se ficar no imobilismo diante dessa realidade e reforma. Explicou a ideia de vice-ministros, a partir dos cargos de Secretários Especiais, para administrar as Secretarias. Essa figura teria autonomia política dentro das Secretarias. Pela impossibilidade administrativa de existir essa figura com a denominação exata de “vice-ministros”, foram denominados de Secretários-especiais. O presidente Fabio Paes informou à Ministra que há alguns pontos que gostaria de formalizar em uma conversa futura com a Ministra. Seria uma reunião para apresentar pautas do Conselho que não foram possíveis registrar durante a

Assembleia. Então deixou o pedido para que possa realizar encontro formal com a Ministra para que ele e os demais conselheiros possam apresentar tais pontos. A ministra informou que se dispõe a se reunir com o Conselho, com a presença do Secretário Sottili e do Secretário Rodrigo Torres. O presidente Fabio Paes ressaltou que o Conselho está sentido falta das representações governamentais. A conselheira Maristela Cizeski questionou porque não foi possível uma Secretaria Especial dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Ministra Nilma Lino informou que essa não foi uma decisão dela, mas uma decisão da Presidenta era uma decisão que já estava colocada, pois a Secretaria Nacional da Juventude era, assim como as demais secretarias que hoje são especiais, era uma Secretaria Nacional vinculada à Presidência da República. A conselheira Miriam Maria falou que não está havendo prioridade dentro do governo para as crianças e adolescentes. O conselheiro José Carlos citou as conferências conjuntas, o conselheiro afirmou que não estão sendo citados os conselhos nos materiais de divulgação. A Ministra pediu que essas pautas administrativas sejam vistas com o Secretário Rodrigo Torres. Em seguida a Ministra Nilma Lino Gomes se despediu, desejou bons trabalhos e agradeceu o convite. O presidente Fabio Paes deu por encerrada a pauta com a Ministra. Em seguida informou a Plenária a inversão de pauta do Sinase/MG com a pauta do Sinase/CE e que em seguida seguiria dariam continuidade às Comissões.

Item 5. Discussão sobre situação Sinase/MG;

Principais pontos abordados:

O presidente Fabio Paes fez o relato sobre os motivos pelos quais o Conselho deliberou pelo convite ao secretário Nilmário Miranda. Informou que o Conanda tomou conhecimento sobre a intenção do Governo de Minas Gerais de transferir a gestão da pauta do Sinase para uma possível pasta a ser criada com a denominação de “Secretaria Extraordinária do Sistema Prisional”. Nilmário Miranda informou que não foi apresentado pelo Governo do Estado oficialmente nenhuma proposta no sentido daquela informada. O Secretário Nilmário Miranda ressaltou que hoje as pastas estão todas juntas da pasta prisional. Contudo, sua opinião, que é pública, é a de que é contra qualquer

aproximação da política do Sinase com o sistema prisional. Informou também o que foi articulado até o momento é de que a pasta do Sinase se manterá onde ela está e informou também que há garantia de que a pasta não ficará na pasta do sistema prisional. O Secretário Nilmário Miranda disse que não achou a melhor opção juntar as Secretarias Nacionais em um único Ministério, mas que entende a conjuntura política e iminência de golpe político. O conselheiro estadual Ananias Neves (CEDECA/MG) desejou bom dia a todos os presentes e agradeceu a manifestação do colegiado ao se considerar crítico a junção das pastas do Sinase à pasta do sistema prisional e de que sairia mais tranquilo daquela reunião com as informações prestadas pelo Secretário ao Colegiado. Em seguida questionou ao Secretário sobre a posse aos conselheiros estaduais. O Secretário Nilmário Miranda falou que fez questão de vir pessoalmente ao Conanda tratar do assunto, pois acredita se tratar de uns dos principais e mais importante conselhos existentes. Sobre a posse dos conselheiros estaduais, o Secretário Nilmário informou que a posse do Conselho de Minas Gerais se dará até a próxima reunião do Conanda. O presidente Fábio Paes agradeceu a presença do secretário Nilmário Miranda e informou que após a Conferência o Conselho se reunirá em Assembleia extraordinária com pauta exclusiva sobre o Sinase.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Fazer uma assembleia extraordinária do Conanda pós-conferência no intuito de convocar secretários estaduais para discussão do Sinase.

Item 6. Relato das Comissões Permanentes;

Principais pontos abordados:

O presidente Fábio Paes abriu a agenda da tarde e em seguida encaminhou como proposta da sociedade civil a indicação de Wanderlino Neto para integrar o Comitê dos Direitos da Criança e Adolescente da ONU. Aprovado a indicação

do Wanderlino Neto. O presidente Fabio Paes retomou a pauta da COF e encaminhou para a plenária a votação da deliberação de 2 milhões para apoiar a estrutura das Conferências Conjuntas. Em seguida os conselheiros presentes fizeram a votação. A votação da matéria foi feita e a destinação dos recursos não foi aprovada pelo Plenário. O Secretário Rodrigo Torres ressaltou, que como representante da Secretaria gostaria de deixar registrado o seu protesto e não concordância com a votação que acabara de acontecer sem a presença dos representantes da SDH. Solicitou a anulação da votação da pauta e em seguida pediu registro em pauta de sua manifestação de descontentamento em relação a votação. O conselheiro Rubens Bias informou também que gostaria de deixar registrado o descontentamento em relação ao início da votação sem a presença da SDH na plenária.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Indicação do Wanderlino Nogueira Neto para integrar no Comitê dos Direitos da criança e Adolescente da ONU

CMF

Principais pontos abordados:

O conselheiro Vitor Cavalcante relatou que os representantes de conselhos estaduais informaram que receberam um novo fluxo do SIPIA e ficaram um pouco preocupados com o novo procedimento. O conselheiro Manoel Torquato encaminhou um pedido referente ao GT criança e adolescente em situação de rua. Em seguida o conselheiro Manoel Torquato relatou que foi realizada uma discussão no âmbito do GT acerca da situação de crianças recém-nascidas sendo retiradas compulsoriamente de suas mães que estão em situação de rua. Informou também que foi encaminhado a CMF dois pedidos: mobilizar os Conselhos Estaduais para levantamentos nos Estados sobre essa situação e encaminhar nota do Ministério da Saúde sobre a matéria pela rede do Conanda. O conselheiro Vitor Cavalcante citou também o pedido do Instituto Alana de inclusão da logo do Conanda no filme que será lançado recentemente. A conselheira Ana Lúcia Starling solicitou que para a

apreciação da proposta de encaminhamento à rede, como sugerido pelo conselheiro Manoel Torquato, o Conselho tivesse antes uma proposta de texto consolidada para análise e aprovação.

Deliberação/Encaminhamentos:

- O conselheiro Manoel Torquato fará as minutas de ofício a fim de encaminhar as duas matérias, quais sejam: solicitação de informação aos estados e de encaminhamento das informações aos estados para conhecimento e solicitando que construam pautas sobre o assunto.
- Apresentar a CMF e COF o termo de referência para contratação de consultoria para o Plano de Comunicação. Até quinta: aprovar por e-mail.
- Inserir no vídeo do instituto Alana a logo do Conanda.

Item 7. Relato da SDH sobre as ações em relação ao Sinase/CE e discussão sobre situação Sinase/CE;

Principais pontos abordados:

O presidente Fabio Paes convidou para compor a mesa o Secretário Rodrigo Torres, o conselheiro Manoel Torquato e a coordenadora da Proteção Social Especial da STDS/CE, Mariana Abreu. Em seguida destacou a presença do Coordenador Especial de Políticas Públicas da Juventude do estado do Ceará, David Barros Araújo. Em seguida remeteu a palavra à presidenta do Cedca/CE, Nadja Furtado, que agradeceu o tema que estava sendo pautado dentro do Conanda e CNDH. Em seguida, informou que este tema também está sendo pautado dentro do Cedca/CE. A presidenta do conselho apresentou Mariana Abreu como coordenadora do Sinase, representando o Estado do Ceará e como vice-presidente do Cedca/CE. A coordenadora Mariana Abreu relatou que na última semana houve pelo menos 3 rebeliões e 3 fugas. No ano passado as unidades socioeducativa foram visitadas pelo Conanda e CNDH. Esses adolescentes chegam a passar mais de 24 horas em seus dormitórios. A

presidenta CEDCA/CE ressaltou que apesar do país ter sido alvo de medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o sistema permanece igual. Acrescentou também que as visitas têm sido cada vez mais difíceis de serem realizadas, apenas com a presença da polícia. Em seguida reforçou que a polícia está bastante presente nessas unidades. Explicou que a primeira resolução do Cedca sobre essa situação foi no sentido de repudiar essa atitude do estado de criar alteração na estrutura da Secretaria, criando uma superintendência, sem que o diálogo fosse estabelecido previamente com o Conselho Estadual. Informou que o Cedca aprovou algumas diretrizes para a política socioeducativa do estado do Ceará. Relatou que foi apontada a necessidade de contratação, via seleção pública, de socioeducadores. Necessidade do cadastro socioeducativo pelo Cedca, explicou que hoje ele é feito pela Secretaria. A presidenta ressaltou que há questões a médio prazo, mas há questões possível a curto prazo, que não necessitam de muito tempo para serem administradas. Informou também sobre a Campanha: “governador se pronuncie”. Rodrigo Torres fez o relato sobre o acompanhamento da pauta dentro da SDH. Em seguida destacou que para essa missão dois secretários nacionais foram destacados para acompanhar. O secretário informou que são necessárias ações imediatas e intersetoriais. Há uma necessidade de articulação entre o Poder Judiciário, Poder Executivo e sociedade civil. Sugeriu que o Conanda se posicione em relação aos socioeducadores. O Secretário ressaltou que falta socioeducadores e capacitação. Destacou que se não houver um esforço coletivo para solucionar tal questão a situação não será revertida. A coordenadora da política socioeducativa do Estado do Ceará, Mariana Abreu, informou o panorama das unidades socioeducativas do estado do Ceará. Informou também que a situação se agravou nos últimos dois anos e recentemente essa situação tem ficado mais crítica. Informou sobre a existência de uma comissão que deverá encaminhar ao governador uma proposta de reestruturação do sistema socioeducativo. Destacou que o déficit de profissionais é um dos maiores problemas do sistema e que isso tem impactado diretamente no funcionamento das unidades de atendimento dos adolescentes. Em seguida o conselheiro Manoel Torquato abriu a plenária e passou a palavra para os conselheiros integrantes do Ceará que se apresentaram. O conselheiro do CNDH, Aurélio Rios, fez suas ponderações em relação às ações e escolha pelo Conselho do caso do CNDH. A conselheira

Helena Martins (CNDH) apresentou o resumo sobre o relatório construído pelo CNDH da vistoria realizada nas unidades do estado, tais como: Mutirão judicial; Apoio às visitas; Cumprimento às ordens; Apuração rigorosa das denúncias de tortura; Apuração rigorosa das investigações sobre o assassinato de um dos adolescentes durante a rebelião; Responsabilização dos agressores e Individualização às vítimas. Paulo Maldos (CNDH e Secretário Nacional) destacou que o epicentro da crise é o socioeducador e que o envolvimento do judiciário é necessário enquanto uma perspectiva contra o encarceramento e responsabilização dos municípios por seus adolescentes em conflito com a lei. Relatou que foi chocante visitar a unidade socioeducativa feminina, pois se colocaram diante de quase crianças encarceradas. O conselheiro Francisco Brito (MDS) destacou que participou da última inspeção no estado e relatou que nunca viu algo tão caótico. Informou que como executor do sistema social e em seguida sugeriu uma proposta inicial de mobilização as redes sociais por território. A conselheira Miriam Maria destacou que desde a criação do Conanda o conselho tem trabalhado com as questões do Sinase e construído relatórios. David Barros, coordenador Especial de Políticas Públicas da Juventude do Estado do Ceará, ressaltou o constrangimento de tratar isso e falou que é resultado da herança de um sistema em colapso. Informou que o governo do Ceará tem se responsabilizado pelo assunto e que tomaram providências para outra estratégia de retomar a estrutura do sistema socioeducativo. O Secretário Rodrigo Torres respondeu a conselheira Josiane Gomes sobre a construção da portaria que criará a comissão para a avaliação do Sinase, assim como foi estabelecido na última Assembleia. O presidente Fábio Paes finalizou a pauta informando sobre a reunião da comissão e que há necessidade de firmar essa portaria.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Sugeriu que, para a reunião extraordinária se convide o presidente do CNJ, e o CNDH para participarem.
- Envio de ofício conjunto entre CNDH e Conanda solicitando o status das ações que vem sendo desenvolvidas pelo Estado.

Item 8. Comissão Organizadora da X CNDCA;

Principais pontos abordados:

A Coordenadora-geral do Conanda, Maria Gutenara, apresentou os informes das ações e definições da conferência. Em seguida esclareceu termos dentro do documento base e metodologia. A conselheira Jimena Djauara questionou sobre as vagas de acompanhantes e convidados. O conselheiro Edmundo Kroeger respondeu a conselheira que a lista de 120 convidados já estão fechadas e os conselheiros estaduais podem indicar convidados e observadores. A conselheira Miriam Maria ressaltou que todas as crianças deverão vir acompanhadas e questionou os critérios estabelecidos para convidados. A conselheira informou que em conferências anteriores cada conselheiro do Conanda tinha direito de fazer a indicação de até um convidado. A conselheira Lucimara Cavalcante informou que as 57 vagas de ciganos estão incluídos. Em seguida solicitou atenção às 25 vagas e sugeriu a proposta de convite para um agricultor familiar, 2 matriz africana e 2 terreiro para contemplar os povos. O conselheiro sugeriu que acrescente vagas e não retirar vagas para os agricultores familiares. O conselheiro Manoel Torquato questionou se os conselheiros titulares são delegados natos e questionou também a sua condição de conselheiro suplente. A coordenadora do Conanda, Maria Gutenara, informou que conselheiros titulares e suplentes do Conanda são delegados natos da X CNDCA.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Cada conselheiro suplente e titular poderá indicar um convidado para a X CNDCA.
- Prazo para indicação até segunda: 14\03;
- Indicação do conselheiro estadual Ananias como convidado para a Conferência;
- O conselheiro Rubens Bias indicará um adolescente como delegado nato e dois como convidados na área da saúde mental;
- Movimentos de escola ocupada: um de cada estado (SP, PI e GO).

PANORAMA DE DEFINIÇÃO:

- 7 delegados crianças/adolescentes do campo: ribeirinhos 2, Pescadores 1, Agricultores familiares 2, floresta 2 e MST 2.
- Indicação da Plenária:
- Rede de enfrentamento a violência sexual de Minas;
- 3 indicações do Silas (1 rural e 1 comunidades violentas e 1 periferia);
- 3 Pessoal da escola (Markinhus e Marquinhos)
- 1 Mariana;
- 1 Adolescente envolvido com o contexto do tráfico;
- 2 Meninas de shortinho.
- (2) matriz africana
- (2) matriz de terreiro

18h00: Encerramento da 247ª Assembleia Ordinária do Conanda.